

Governo prepara volta ao FMI

Questão será levada aos políticos, com uma relação de vantagens

HELIVAL RIOS

Os líderes da Aliança Democrática poderão ter de decidir sobre uma questão importante nos próximos dias: se o Brasil aceita ou se rejeita, em definitivo, um acompanhamento mais próximo do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao seu programa de estabilização econômica. A questão do FMI está ressurgindo, com muita força, na mesa das negociações da dívida externa brasileira, em Nova York. Mas o governo brasileiro não está disposto a reassumir, sozinho, qualquer responsabilidade em torno deste assunto, mesmo tendo como oferta, em troca, de uma série de vantagens da maior importância para a economia do País. Entretanto, adotaria alguma decisão, se, para tanto, obtivesse amplo respaldo político.

O governo deverá colocar esta questão em debate no meio político caso se concretize uma série de vantagens técnicas na negociação com os bancos, vantagens estas já sinalizadas nos primeiros contatos, e onde se destacam os seguintes pontos:

1 Adoção do Plano Myra (Multi Year Reschadlin Arregiment — Acordo Multilateral de Escalonamento), ou Window (janela), como também é conhecido, e que consiste em se negociar todo o estoque da dívida externa, de agora até o ano 2000.

2 Concessão de dinheiro novo, na forma de capitalização dos juros.

Isto, na prática, imporá um limite à remessa de juros ao Exterior, dando uma folga considerável ao País, de alguma coisa em torno de US\$ 3 bilhões anuais. Ou seja, US\$ 3 bilhões dos juros devidos não seriam pagos, mas convertidos em novos empréstimos.

3 Prazos maiores para o pagamento do principal, de 16 a 18 anos. Este é o prazo que o governo brasileiro considera viável para saldar todos os seus débitos contraídos no Exterior, desde que respeitadas as demais vantagens, e sem abrir mão das metas de crescimento econômico.

4 Spreads (taxas de risco cobradas pelos bancos) menores, tendo como limite máximo a taxa de 0,8125% negociada pelo México. Detalhe importante: este spread seria negociado para o total da dívida externa do País. Nos casos das dívidas com aval do Tesouro Brasileiro, o spread seria zero, já que o risco é inexistente, do ponto de vista técnico. Se o spread fosse zerado para toda a dívida do País, haveria uma economia de US\$ 2 bilhões/ano.

5 Adoção do Plano Dornbush (proposto pelo economista Hudigger Dornbush, e já levado a conhecimento do comitê dos bancos credores), que consiste em se conceder um prêmio aos "devedores exemplares" após decorridos 18 meses de acordo, com acompanhamento do FMI. O prêmio consiste, principalmente na concessão de um prazo de carência de três anos no pagamento da dívida, tempo considerado necessário para que o País reorganizasse sua economia.



6 Conversão do juro inflacionário em amortização. Um exemplo explica bem esta medida: o Brasil paga de juros, digamos, US\$ 10 bilhões/ano. Como há uma inflação internacional de 3%, os ganhos reais dos

bancos ficam sendo de 7% reais dos US\$ 100 bilhões devidos, ou US\$ 7 bilhões (incluído aí o spread). Os US\$ 3 bilhões restantes (3% do total da dívida), equivalentes à inflação, seriam pagos, mas abatidos do princí-

pal, reduzindo, assim, o valor da dívida global.

Segundo informações que circularam ontem no Palácio do Planalto, o governo somente estaria disposto a

pôr em discussão a questão no caso de obter vantagens, capazes de contrabalançar o desgaste político da decisão.

(Brasília-Ag. Estado)